Congresso em Foco

Publicado em 21/11/2022 - 09:00

Transição vai trabalhar contra interferência política e corte orçamentário em universidades

CAIO MATOS

O grupo de trabalho (GT) da área da Educação do governo de transição atua para realizar um diagnóstico do setor após os quatro anos da gestão do presidente Jair Bolsonaro (PL). O GT liderado pelo ex-ministro da Educação José Henrique Paim tem realizado encontros com representantes da área para definir os principais problemas e desafios que o próximo governo enfrentará a partir do dia 1º de janeiro.

Nessa quinta-feira (17), a equipe se reuniu com integrantes do Reitores pela Democracia, grupo formado por mais de 100 ex-reitores de universidades federais. No diagnóstico recebido, dois problemas necessitarão de atenção imediata da próxima gestão: a interferência política e o corte orçamentário.

A interferência política nas universidades federais ocorreu durante a gestão do ex-ministro da Educação Abraham Weintraub, em 2019. Uma medida provisória editada pelo governo dispensava a consulta à comunidade acadêmica ou escolar para a escolha dos reitores durante a pandemia da covid-19.

Na avaliação do grupo que se encontrou com os membros da transição, 21 reitores foram nomeados sem uma eleição com a comunidade acadêmica. Os dirigentes pediram que o novo governo tenha urgência para tratar do tema sensível, que interfere diretamente na autonomia financeira e administrativa das instituições.

Na parte de orçamento, o governo Bolsonaro protagonizou uma série de cortes nos orçamentos das universidades e institutos federais. Somente neste ano foram ao menos dois: um de R$ 350 milhões anunciado em junho, posteriormente reduzido para R$ 175 milhões após pressão de representantes do setor; e um de R$ 328,5 milhões, anunciado em outubro, logo após o primeiro turno das eleições.

Segundo Soraya Smaili, ex-reitora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) que participou do encontro, a reposição orçamentária das instituições de ensino é questão de extrema necessidade para o setor. “O governo Bolsonaro teve uma queda de 45% dos recursos de despesas correntes. Hoje, nós estamos em um dos patamares mais baixos da história”, explica a pesquisadora e uma das criadoras do Centro de Estudos SoU_Ciência. Ligado à Unifesp, um levantamento feito pelo centro aponta que neste ano os investimentos em educação estão em um patamar 96% menor do que os realizados em 2015.

Segundo Soraya, o governo federal não seguiu a matriz orçamentária que era aplicada pelos governos anteriores, afetando a distribuição dos recursos para as instituições. “É muito importante que a gente tenha uma matriz orçamentária que seja justa, que faça uma distribuição justa de acordo com a missão e tamanho de universidade”, ressalta. O grupo de transição se mostrou favorável à reconstrução da maneira como os recursos são divididos.

Para aumentar o orçamento para a área da educação, um dos caminhos indicados na reunião foi a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 24/2019. De autoria da deputada Luísa Canziani (PSD-PR), a proposta trata da retirada de despesas do teto de gastos públicos.

Pela proposta, os recursos próprios de cada universidade, como os adquiridos por doações e convênios com universidades de outros países, poderão ser utilizados independentemente do teto de gastos.

O texto está em tramitação na Câmara dos Deputados e aguarda o parecer da relatora, Tabata Amaral (PSB-SP), na comissão especial antes de ir para o plenário. O governo de transição também estuda utilizar o texto para anexar a chamada PEC da Transição, que garantirá o espaço no orçamento para o cumprimento de promessas de campanha feitas pelo presidente eleito Lula (PT).

O grupo de transição também recebeu proposta sobre uma maior regulamentação da modalidade de ensino à distância (EAD), amplamente aplicada após o surgimento da covid-19. A defasagem no ensino após a pandemia também foi elencada como um desafio a ser enfrentado.

Os reitores também propuseram que o novo governo retome o papel estratégico das universidades como espaços de formação de conhecimento na solução dos problemas do país. Na avaliação dos representantes do setor, as

Copyright © Clipclap 2026.

universidades podem ser utilizadas para buscar mais qualidade na educação básica.

“É preciso destacar a importância das universidades para a educação básica, não só para a formação de professores, mas para toda a visão sistêmica desde a creche até a pós-graduação”, conclui Soraya.

O primeiro relatório do grupo de trabalho será apresentado no dia 30 de novembro. A expectativa é que o documento aponte as prioridades para o próximo governo e os primeiros 100 dias da gestão.

https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/transicao-vai-trabalhar-contra-interferencia-politica-e-corte-orcamentario-na-educacao/

Veículo: Online -> Site -> Site Congresso em Foco

Copyright © Clipclap 2026.